



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2013.0000288791**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0002870-42.2007.8.26.0238, da Comarca de Ibiúna, em que é apelante PATRICIA DO NASCIMENTO RODRIGUES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado JORGE DONIZETE DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente) e MORAIS PUCCI.

São Paulo, 14 de maio de 2013.

**Berenice Marcondes Cesar**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**

2

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras**

**Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras**

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

**Apelação com Revisão – nº 0002870-42.2007.8.26.0238**

**Apelante/Autora: PATRÍCIA DO NASCIMENTO RODRIGUES**

**Apelado/Réu: JORGE DONIZETE DE OLIVEIRA**

**MM. Juiz de Direito: Danilo Fidel de Castro**

**Comarca de Ibiúna – 1ª Vara Judicial**

**Voto nº 14.050**

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ACIDENTE DE VEÍCULO – DANOS MATERIAIS E MORAIS. Preliminar: Rol de testemunhas apresentado extemporaneamente, o que não obstava a Autora de levá-las à audiência de instrução, independentemente de intimação. Mérito: Inexistência de prova segura quanto à culpa do Réu na ocorrência do acidente veicular que ensejou o óbito da filha da Autora – não preenchimento dos requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil subjetiva (art. 186 cc. 927, CC/2002) – prova oral colhida em Juízo, sob o crivo do contraditório, que não demonstra qualquer modalidade de culpa do Réu pela causa do acidente, o que não foi elidido pelos demais elementos probatórios colacionados aos autos (art. 333, I, do CPC). RECURSO DA AUTORA NÃO PROVIDO.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de acidente de trânsito, ajuizada por PATRÍCIA DO NASCIMENTO RODRIGUES em face de JORGE DONIZETE DE OLIVEIRA, julgada improcedente pela r. sentença de primeiro grau (fls. 179/185), sob o fundamento de não ter a Autora se desincumbido de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, de modo a demonstrar os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil do Réu. Assim, determinou que a Autora



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

#### Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

3

arcasse com as despesas e custas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais, fixados em 10% sobre o valor da causa, observando-se o quanto disposto no art. 12, da Lei 1.060/50.

Inconformada, a Autora interpôs o presente recurso de apelação (fls. 189/195), desafiando contrarrazões do Réu (fls. 200/205).

O recurso foi regularmente processado e livre de preparo, tendo em vista o beneplácito da gratuidade judiciária concedido pelo Juízo “a quo” (fls. 89).

É o relatório.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença, que julgou improcedente a ação indenizatória, ajuizada por mãe de vítima fatal em acidente de trânsito contra o suposto causador do infortúnio.

*Ab initio*, alegou a Autora que, em 06.OUT.2006, estava juntamente com sua filha, BRUNA CAROLINE RODRIGUES GONÇALVES, no interior de veículo conduzido por seu marido, LUCIANO MARTINS DE SOUZA, sendo que, no *Km 03 da Estrada do Verava,– Bairro dos Coelho – Ibiúna/SP*, colidiu frontalmente com a lateral-posterior do caminhão conduzido pelo Réu, ocasionando o óbito da criança e do motorista do automóvel (fls. 19/21 – Boletim de Ocorrência; fls. 16 e 22 – Certidão e Declaração de Óbito). Segundo informou, o acidente teria ocorrido por culpa do Réu que, pelo fato de não ter observado a velocidade máxima permitida para aquela via, invadindo a pista de rolamento em que trafegava o veículo de menor porte em local de curva, dando ensejo à colisão. Assim, pleiteou a condenação do Réu ao pagamento de indenização pelos danos decorrentes do óbito de sua filha, tanto de ordem material (pagamento de



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

#### Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

4

pensão mensal no importe de ½ salário mínimo, desde a data do óbito até a data em que a sua filha completasse 70 anos), como de ordem moral, no importe de R\$ 95.000,00 (fls. 02/13 e 92).

Citado (fls. 97/98vº), o Réu ofereceu contestação (fls. 101/110), na qual sustentou que, na verdade, o acidente teria sido provocado por negligência do condutor do veículo em que se encontrava a Autora e sua filha. Neste sentido, aduziu que o inquérito policial instaurado para apuração dos fatos foi arquivado por ausência de indícios contundentes quanto à conduta delituosa (*homicídio culposo* – art. 302, do CTB, Lei nº 9.503/97), consignando que o caminhão estava em bom estado de conservação (fls. 54/55 e fls. 130/132 e fls. 133). Ainda, argumentou que o pai da criança e esposo da Autora, apresentava alcoolemia de 1,1g/l, em concentração muito acima daquela permitida por lei, com redação vigente à época dos fatos (0,6g/l – art. 276, do CTB – fls. 111), o que corroboraria com a tese de que foi o condutor do veículo quem deu causa ao acidente. Ao fim, refutou ter agido de maneira culposa na causa do acidente e impugnou o valor pretendido a título de indenização, pretendendo a improcedência da demanda.

Deferida a produção de prova oral (fls. 155/156), foram colhidos os depoimentos de duas testemunhas do Réu (fls. 164/164vº – Sr. Wilson Gomes Ferreira – e fls. 165/165/vº – Sr. José Francisco Monteiro Filho). O MM. Juiz “a quo”, com base no conjunto fático-probatório dos autos, julgou improcedente a demanda, *in verbis* (fls. 182/184): “(...) O inquérito policial instaurado para a apuração de eventual responsabilidade penal do requerido foi arquivado porque os elementos amealhados naquela seara, por si só, eram insuficientes para o oferecimento da denúncia. (...), a prova testemunhal coligida em juízo, e



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

#### Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

5

*produzida pelo requerido é contundente no sentido de afastar a sua culpa pelo evento. (...) Portanto, a testemunha (...), corroborou a tese do requerido, inclusive quanto ao efetivo local em que ocorreu a colisão. (...) É o que basta para afastar a tese da autora (...)*”.

Com isso, apelou a Autora, devolvendo ao conhecimento deste Tribunal “ad quem” as seguintes questões: **preliminarmente** – *cerceamento do direito de defesa da Autora, pela não oitiva das testemunhas arroladas na fase de instrução; mérito* – *existência, ou não, de responsabilidade civil do Réu (culpa + dano + nexo de causalidade) na causa do acidente veicular.*

O apelo não merece acolhimento.

No que tange à questão preliminar aventada pela Autora, note-se que a petição de arrolamento de testemunhas para comparecimento na audiência de instrução (fls. 166/167) fora protocolada em 29.JUN.2009, 8 dias antes da data do ato oficial, realizado em 07.JUL.2009, implicando, portanto, a intempestividade do requerimento, para fins de intimação das testemunhas pelo Juízo, nos termos do art. 407, do CPC:

**Art. 407.** *Incumbe às partes, no prazo que o juiz fixará ao designar a data da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e o local de trabalho; omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até 10 (dez) dias antes da audiência.*

Nada obstava, porém, que a Autora, por meios próprios, providenciasse a informação das testemunhas arroladas quanto à data de realização da audiência de instrução, a fim de que pudessem corroborar na instrução do processo. Todavia, ao quedar-se inerte e sequer reiterar a intenção de produzir referidas provas orais em outra oportunidade (fls. 163), configurou-se a



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

6

**preclusão** do direito, não havendo que se falar em cerceamento de defesa (*nemo turpitudinem suam allegans auditur*).

No mais, aproveitando para adentrar o *meritum causae*, cumpre ressaltar que restou incontroversa e devidamente comprovada nos autos a ocorrência do acidente veicular e o nexo de causalidade estabelecido entre este e o óbito da filha da Autora. Deste modo, insta perquirir se houve, ou não, conduta ao menos culposa do Réu na causa do acidente, de modo a preencher os requisitos necessários para configuração da responsabilidade civil, fazendo exsurgir o direito à indenização para a vítima do ato ilícito, nos termos do art. 186 cc. art. 927 e art. 948, do CC/2002.

Neste sentido, afirmou a Autora, que o Réu, motorista do caminhão, teria dado causa ao acidente veicular, ao agir com negligência na condução de seu veículo, em velocidade incompatível com a permitida para o local, durante realização de curva, abalroando o automóvel em que se encontrava a Autora e sua filha.

Já o Réu defendeu que, em verdade, teria sido o condutor do automóvel quem invadiu a pista de rolamento em que se encontrava o caminhão e, mesmo após a tentativa do Réu de desviar para a *área de escape* na rodovia, ocasionou a colisão, a qual poderia ter ocorrido em razão do estado de embriaguez daquele (alta concentração de álcool por litro de sangue) e da situação precária dos pneus do veículo de menor porte. Tal tese seria corroborada pela conclusão do *inquérito policial* instaurado à época dos fatos, bem como pelos depoimentos das testemunhas ouvidas no procedimento administrativo investigatório.

Ora, destarte mostra-se manifesto o



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

7

conflito de versões deduzidas nos autos, sendo imprescindível confrontá-las com os demais elementos probatórios, no sentido de perquirir sobre qual dos condutores incide a culpa pela colisão.

O Boletim de Ocorrência, lavrado por oficial militar, na data do sinistro, apenas descreve o quanto narrado pelas partes, em nada esclarecendo a respeito da dinâmica dos fatos, uma vez que estes não foram presenciados pelo policial.

Em relação às provas produzidas durante a elaboração do *Inquérito Policial* (relatório – fls. 127/129), instaurado para apuração de eventual *homicídio culposo na direção de veículo automotor* cometido pelo Réu, o i. Promotor de Justiça conferiu parecer pelo **arquivamento** do procedimento administrativo (fls. 130/132), sendo acompanhado pelo Juízo na esfera criminal (fls. 133), em razão da insuficiência de provas quanto à existência do elemento *culpa* na conduta do Réu. Neste sentido, registrou-se: “(...) *Com efeito, até o presente momento não há indícios suficientes de culpa por parte do motorista sobrevivente. Existe, sim, uma suspeita, oriunda das declarações de Ademir e esta, ainda que não seja arbitrária, não se afigura suficiente ao exercício da ação penal (...)*” (fls. 131).

No que tange às provas orais, das testemunhas arroladas pelo Réu, apenas o Sr. WILSON GOMES FERREIRA, desinteressado no deslinde da causa, teceu comentários sobre o ocorrido, em consonância ao depoimento pessoal do condutor do caminhão quando interrogado acerca das circunstâncias do acidente (fls. 124), afirmando que: “(...), **o veículo do requerido, um caminhão, estava à sua frente, sendo conduzido em velocidade estimada de 50km/h, quando, de repente, o veículo Parati, (...) acabou por perder a direção e atingir o caminhão do requerido, invadindo a sua faixa de direção. A**



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

8

*colisão ocorreu na estrada do Verava. O veículo (...) atingiu o eixo do caminhão, cujos pneus estouraram e, logo em seguida, o veículo Parati, com o impacto, capotou, sendo certo que os vidros estouraram e a criança que ali estava (...) foi arremessada para o asfalto. O depoente prestou socorro à criança. (...) **O depoente afirma que devido ao impacto da colisão estima que o veículo da autora estava em excesso de velocidade, aproximadamente a mais de 100km/h. (...) o limite de velocidade na estrada em questão é de 60km/h. (...) O depoente afirma que o caminhão conduzido pelo requerido tentou desviar indo sentido ao acostamento, mas não foi possível (...)*** (fls. 164/164vº).

Conquanto o referido depoimento deva ser apreciado com certa ressalva (valoração da prova oral), cumpre esclarecer que a descrição pormenorizada da dinâmica do acidente pela única testemunha que presenciou a dinâmica dos fatos guarda compatibilidade com os demais elementos de prova colacionados aos autos.

Segundo o arcabouço probatório colhido em inquérito policial, o condutor do veículo de menor porte, pai da criança que também veio a óbito e esposo da Autora, encontrava-se em estado de embriaguez no momento em que ocorreu a colisão (fls. 111), com alcoolemia de 1,1g/l (gramas de álcool por litro de sangue), ou seja, concentração correspondente a quase o **dobro** do tolerado pela lei penal, cuja redação à época estipulava limite de 0,6g/l (art. 306, da Lei 9.503/97, com redação conferida pela Lei nº 11.705/2008). Tal dosagem impõe ao motorista estado de *euforia*<sup>1</sup>: *Inibição e julgamento diminuídos; perda do controle fino; **tempo de reação aumentado***, sendo, pois, fator também determinante para maximização do resultado lesivo do acidente

<sup>1</sup> [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1230/alteracao\\_limite\\_viveiros.pdf?sequencia=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1230/alteracao_limite_viveiros.pdf?sequencia=1) -





## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

9

veicular.

Segundo estudos, os prejuízos no desempenho do motorista tornam-se **marcantes** quando a alcoolemia está entre 0,5g/l e 0,8g/l, mas podem estar presentes também com teor alcoólico menor que 0,5g/l. Ainda, o risco de um indivíduo com quantidade de 0,5g/l sofrer um acidente é duas vezes maior que o de outro com zero; **quando a concentração atinge 0,8g/l, o risco é multiplicado por dez**; e se for de 1,5g/l ou mais, o risco relativo será centenas de vezes maior.

Pontuadas tais premissas, não há como imputar a culpa na causa do acidente ao condutor do caminhão. Isso porque, inexistente prova de infração de quaisquer das regras gerais de trânsito, de modo a indicar a assunção desproporcional de risco durante a realização da manobra de curva, ou mesmo apta a demonstrar que foi o Réu quem invadiu a pista de rolamento em que seguia o automóvel. Não se olvide que o único indício de prova em favor da tese da Autora corresponde a depoimento de seu próprio pai, Sr. ADEMIR CUNHA RODRIGUES (fls. 112), que se encontrava no interior do veículo envolvido no acidente, sendo questionável a imparcialidade de seu conteúdo.

Desta forma, à míngua de outros elementos de prova que comprovem a culpa do Réu, não restaram demonstrados os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil subjetiva como o consequente dever de indenizar (art. 333, I, do CPC). Acrescente-se que, pelo parco arcabouço probatório dos autos associado ao eixo de impacto dos veículos envolvidos no acidente, colhem-se indícios de que o condutor do automóvel, frente ao seu estado de *euforia e redução do tempo de*



PODER JUDICIÁRIO

10

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serviço de Processamento do 14º Grupo de Câmaras

Direito Privado - 27ª e 28ª Câmaras

Palácio da Justiça, s/nº - 4º andar - sala 403 - São Paulo - SP - CEP 01018-010

reação, invadiu a pista de rolamento em que se encontrava o caminhão, durante realização de curva, e não conseguiu evitar o impacto, mesmo após a tentativa de desvio promovida pelo Réu, dinâmica esta não foi elidida pela parte requerente.

Destarte, repise-se, não demonstrado o ato ilícito, não há que se falar em responsabilidade civil e consequente dever de indenizar.

Ante o exposto, **CONHEÇO** e **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto pela Autora.

Berenice Marcondes Cesar

Relatora